

igfss



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL AGOSTO 2011



SEGURANÇA SOCIAL



FICHA TÉCNICA

Título

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE AGOSTO DE 2011

Autor/Editor

INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.

Av. Manuel da Maia, n.º 58

1049-002 Lisboa

Tel: 21 843 33 00

Fax: 21 843 37 20

Email: IGFSS-DOC.EXEC@seg-social.pt

Concepção Técnica

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E CONTA

Data de Edição

16 de Setembro de 2011

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
II. RECEITA	2
Receita de Contribuições	2
Receita do IVA Social – Lei nº. 39-B/94, de 27 de Dezembro	2
Transferências do MTSS	3
Transferências do Ministério da Educação	3
Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	3
Transferências da CGA – Marconi	4
Transferências do Exterior – Fundo Social Europeu	4
III. DESPESA	4
Pensões e Complementos	4
Rendimento Social de Inserção	4
Abono de Família	5
Subsídio e Complemento de Doença	5
Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego e Apoios ao Emprego	5
Complemento Solidário para Idosos	5
Subsidio de Parentalidade	5
Acção Social	6
Subsídios a Acções de Formação Profissional	6
IV. SALDO ORÇAMENTAL	7
Receita Efectiva	7
Despesa Efectiva	7
V. ANEXOS	9
Mapa IX Sintético	10
Decomposição do Saldo Global da Segurança Social	11



RELATÓRIO SINTÉTICO

I. INTRODUÇÃO

A receita e a despesa total do período em análise, evidenciam um decréscimo em relação ao período homólogo de 2010 de 6,1% e 6,1%, respectivamente, justificados, fundamentalmente no que se refere à receita, pela diminuição quer nos activos financeiros (1.117,8 milhões de €), quer no saldo de anos anteriores com aplicação em despesa (281,1 milhões de €), quer ainda nas transferências do MTSS/LBSS (670,4 milhões de €) não completamente compensado pelo comportamento mais favorável, nomeadamente, das contribuições (257,4 milhões de €) e nas transferências do exterior (367,3 milhões de €).

No que diz respeito à despesa total, aquela contracção deve-se fundamentalmente ao decréscimo dos activos financeiros (1.258,0 milhões de €) e das prestações sociais (menos 189,6 milhões de €).

A receita efectiva regista um acréscimo de 0,3% enquanto que a despesa efectiva evidencia um ligeiro decréscimo de 0,2% quando comparadas com os valores registados no período homólogo de 2010.

O comportamento da receita efectiva está condicionado, nomeadamente, pela evolução das contribuições e das transferências correntes obtidas que representam respectivamente 57,8% e 38,8% daquela. A receita de contribuições evidencia um acréscimo de 2,9% relativamente ao período homólogo de 2010 enquanto que as transferências correntes obtidas registam um decréscimo de 4,4% relativamente a igual período de 2010.

As despesas correntes com prestações sociais e outras transferências e subsídios correntes apresentam uma variação negativa de 1,5% face ao período homólogo. Para este comportamento concorre a evolução da despesa com pensões que representa 61,2% da despesa efectiva e que no período de Janeiro a Agosto, regista uma variação de 3,0% compensado nomeadamente pelo decréscimo da despesa do Rendimento Social de Inserção, do Abono de família e das prestações de desemprego em 24,6% e 32,4% e 10,0% respectivamente, quando comparados com os valores registados no período homólogo de 2010.

A execução orçamental do período em análise gerou um saldo orçamental na óptica da contabilidade pública de 734,1 milhões €.



II. RECEITA

A receita efectiva atinge no período em análise 15.810,3 milhões €, denotando, em relação ao período homólogo do ano anterior, um acréscimo de 43,7 milhões de €. Para o referido resultado contribuíram, nomeadamente:

Receita de Contribuições

As contribuições e quotizações cobrados no período de Janeiro a Agosto de 2011 situam-se em 9.143,7 milhões €, representando 57,8% da receita efectiva do Sistema de Segurança Social e evidenciando um acréscimo de 2,9% relativamente a igual período de 2010. Esta evolução reflecte o impacto do enquadramento dos trabalhadores bancários no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem e o efeito da entrada em vigor do Código Contributivo bem como uma melhoria na cobrança coerciva até à data.

Receita do IVA Social – Lei nº. 39-B/94, de 27 de Dezembro

O valor recebido de IVA Social para financiamento do Subsistema de Protecção Familiar atinge o montante de 476,8 milhões de €.

Subsistema de Protecção Familiar

Rúbricas	Em €		
	Exec. Orçamental Janeiro a Agosto 2010	Exec. Orçamental Janeiro a Agosto 2011	Varição Homóloga Janeiro a Agosto 2010/2011
	(1)	(2)	(3) = (2-1)/(1)
IVA Social (Lei 39-B/94, de 27 de Dezembro)	465.166.668,00	476.793.336,00	2,50%
Sub-Total	465.166.668,00	476.793.336,00	2,50%



Transferências do MTSS

Transferência do OE

Rúbricas	Em €		
	Exec. Orçamental	Exec. Orçamental	Varição Homóloga
	Janeiro a Agosto 2010 (1)	Janeiro a Agosto 2011 (2)	Janeiro a Agosto 2010/2011 (3) = (2-1)/(1)
Subsistema Solidariedade			
Transferências do MTSS	3.066.498.966,00	3.016.585.786,63	-1,63%
Receitas Cessantes	208.763.175,34	0,00	-100,00%
Subsistema Protecção Familiar (incluindo Iva - Lei nº 39/2005)	596.570.396,66	318.819.838,64	-46,56%
Subsistema Acção Social			
Transferências do MTSS	996.489.838,00	893.087.338,00	-10,38%
Sistema Previdencial			
Transferências do MTSS - Receitas cessantes e Salários intercalares	0,00	173.819.958,64	
Para financiamento do QREN - Inclui juros da linha de crédito	144.405.988,96	77.555.785,44	-46,29%
Para financiamento dos QCA e anteriores quadros	7.720.669,68	975.000,00	-87,37%
Para financiamento da actualização de pensões	130.824.294,64	0,00	
Sub-Total	5.151.273.329,28	4.480.843.707,35	-13,01%

As transferências do MTSS, para cobertura financeira de despesas do Sistema Previdencial Repartição e do Sistema de Protecção Social de Cidadania – que inclui o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social – atingiram 4.480,8 milhões €, reflectindo uma diminuição de 13,0% relativamente ao valor recebido em igual período do ano anterior, decorrente da redução das necessidades de financiamento no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas.

Transferências do Ministério da Educação

A transferência do Ministério da Educação recebida no período em análise atinge o montante de 83,3 milhões de € reflectindo o decréscimo de 2,9% relativamente ao período homólogo de 2010.

Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

No valor de 97,3 milhões € acusam um acréscimo de 0,5% em relação ao período homólogo de 2010.



Transferências da CGA – Marconi

No período de Janeiro a Agosto regista-se a transferência da CGA no valor de 10,5 milhões € para fazer face aos encargos com as pensões e complementos dos pensionistas da Marconi, cujo pagamento passou, em 2011, a ser da responsabilidade da Segurança Social.

Transferências do Exterior – Fundo Social Europeu

No período de Janeiro a Agosto de 2011 está registado o montante de 970,8 milhões de € com origem no Fundo Social Europeu, reflectindo um acréscimo de 60,9% face a igual período de 2010.

III. DESPESA

A despesa efectiva atinge, no período de Janeiro a Agosto de 2011, o montante de 15.076,2 milhões €, representando, em relação a idêntico período de 2010, um ligeiro decréscimo de 29,9 milhões de euros, isto é menos 0,2% devido, essencialmente, ao comportamento da despesa com as prestações sociais que, no seu conjunto, registam um decréscimo de 1,4%, contrabalançado em parte pela variação homóloga das acções de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu cujo crescimento homólogo é 30,8%.

Para o supracitado comportamento da despesa, há a referir o seguinte:

Pensões e Complementos

A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de 9.221,6 milhões €, que se traduz num crescimento de 3,0% face ao período homólogo de 2010.

Rendimento Social de Inserção

Esta rubrica da despesa atinge o montante de 280,9 milhões €, absorvendo 1,9% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um decréscimo de 24,6% relativamente ao mesmo período de 2010, reflectindo o impacte das medidas já introduzidas no segundo semestre do ano de 2010.



Abono de Família

Atinge no período em análise o montante de 450,4 milhões €, no que absorve 3,0% da despesa efectiva do Sistema. A execução de Janeiro a Agosto evidencia um decréscimo de 32,4% em relação a igual período de 2010, que resulta das medidas implementadas no final de 2010, em particular a revogação do aumento extraordinário de 25% ao 1.º e 2.º escalão e a cessação do pagamento da prestação de abono de família aos dois escalões mais elevados e a implementação de novas regras de condição de recursos.

Subsídio e Complemento de Doença

No montante de 304,3 milhões €, representando 2,0% da despesa efectiva do Sistema, apresentam um acréscimo de 1,9% em relação a igual período de 2010.

Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego e Apoios ao Emprego

No período de Janeiro a Agosto de 2011, a despesa com as prestações de subsídio de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego atinge o montante de 1.377,4 milhões €, representando 9,1% da despesa efectiva e 10,1% da despesa corrente realizada.

Aquela despesa, realizada no período em análise, evidencia, ainda, um decréscimo de 10,0% relativamente a igual período de 2010 que, à semelhança de outras prestações já referidas, reflecte o efeito de medidas implementadas em 2010, designadamente a suspensão do prolongamento do subsídio social de desemprego, bem como a alteração aos critérios de acesso a esta prestação, nomeadamente, no que concerne a condição de recursos.

Complemento Solidário para Idosos

A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de 181,4 milhões de € isto é 1,2% da despesa efectiva, reflectindo um crescimento de 3,2% face a igual período do ano transacto.

Subsidio de Parentalidade

Atinge, no período em análise, o montante de 301,0 milhões €, no que absorve 2,0% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um acréscimo de 7,2% em relação a igual período de 2010.



Acção Social

A despesa com as prestações de Acção Social ascende ao montante de 1.025,0 milhões €, isto é, 6,8% da despesa efectiva do Sistema, revelando, em relação a igual período de 2010, um decréscimo em valores absolutos de 21,4 milhões de €, ou seja, uma variação negativa de 2,0%.

Subsídios a Acções de Formação Profissional

No total de 1.001,2 milhões €, evidenciam um acréscimo de 24,9% relativamente a igual período do ano transacto. Importa ainda referir que a despesa com acções de formação profissional co-financiada pelo FSE, apesar de reflectida na despesa efectiva do OSS, não tem impacto no saldo orçamental na óptica da contabilidade nacional, no respeito pelo princípio da neutralidade dos fundos comunitários.



IV. SALDO ORÇAMENTAL

Em 31 de Agosto de 2011, o saldo da execução do orçamento do Sistema de Segurança Social, na óptica de Contabilidade Pública é no valor de 734,1 milhões de €, superior em 73,6 milhões de € ao valor apurado em igual período de 2010, isto é mais 11,1%.

Receita Efectiva

O acréscimo de 43,7 milhões de € registado na receita efectiva, é justificado, nomeadamente, pelo:

- Comportamento da receita de contribuições que regista um aumento de 257,4 milhões de € relativamente ao período homólogo de 2010;
- Valor das transferências correntes recebidas do Orçamento de Estado (receitas fiscais consignadas e transferências do MTSS, incluindo o valor destinado ao co-financiamento da Componente Pública Nacional das AFP) que evidencia no período em análise um decréscimo de 658,8 milhões de € relativamente a igual período de 2010, decorrente da redução de despesa em virtude da implementação de medidas de consolidação orçamental;
- Montante das transferências correntes recebidas do FSE, cuja diferença relativamente a igual período de 2010 é de mais 367,3 milhões de €;
- Montante dos rendimentos, cuja diferença relativamente a igual período de 2010 é de mais 61,2 milhões de €;
- O valor das outras receitas correntes e de capital, cujo cômputo é superior em 16,6 milhões de € ao valor registado em igual período de 2010.

Despesa Efectiva

A despesa efectiva do Sistema de Segurança Social evidencia no período em análise um decréscimo de 29,9 milhões de €, isto é, 0,2% quando comparado com o período homólogo de 2010, sendo que para aquela diferença concorre, nomeadamente, o valor de:

- A despesa paga em prestações sociais, registando um decréscimo de 189,6 milhões de €



face a idêntico período de 2010, isto é, menos 1,4%;

- A despesa com subsídios à formação profissional que regista um acréscimo de 199,9 milhões de € face a idêntico período de 2010, isto é, mais 25,0%;
- As transferências para Emprego, Higiene, Segurança e Formação Profissional que registam um decréscimo de 15,5 milhões de € face a igual período de 2010, isto é, menos 3,8%;
- A despesa relativa a Administração que regista um decréscimo de 19,8 milhões de € face a idêntico período de 2010, isto é, menos 8,2%;
- As restantes componentes da despesa efectiva apresentam um decréscimo de 4,9 milhões de € em relação a igual período de 2010.



V. ANEXOS



Mapa IX Sintético



Decomposição do Saldo Global da Segurança Social

Execução Orçamental de Janeiro a Agosto								
	Milhões de euros			Grau de Execução		VH (%)		Contrib. VH (pp.)
	2009	2010	2011	2010	2011	2010	2011	
Receita corrente	14.754,7	15.741,3	15.807,5	66,1%	65,8%	6,7	0,4	0,4
Contribuições e quotizações	8.673,6	8.886,3	9.143,7	65,9%	64,8%	2,5	2,9	1,6
IVA Social	459,4	465,2	476,8	66,7%	66,7%	1,3	2,5	0,1
Transferências correntes da Administração Central	4.768,1	5.255,1	4.591,8	66,5%	66,1%	10,2	-12,6	-4,2
Financiamento da Lei de Bases da SS	4.659,4	5.151,3	4.480,8	66,7%	66,7%	10,6	-13,0	-4,3
Transferências do Fundo Social Europeu	314,9	603,5	970,8	66,3%	72,2%	91,7	60,9	2,3
Outras receitas correntes	538,7	531,2	624,3	63,7%	69,6%	-1,4	17,5	0,6
Receita de capital	8,7	25,3	2,8	90,3%	6,7%	190,1	-88,8	-0,1
Transferências do Orçamento de Estado	3,0	2,0	1,1	51,7%	15,1%	-31,6		
Outras receitas capital	5,7	23,2	1,7	96,6%	4,9%	305,5	-92,6	-0,1
Receita efectiva	14.763,4	15.766,6	15.810,3	66,1%	65,7%	6,8	0,3	
Despesa corrente	14.114,2	15.093,7	15.064,5	58,6%	64,4%	6,9	-0,2	-0,2
Pensões	8.601,6	8.957,1	9.221,6	64,1%	64,2%	4,1	3,0	1,8
Sobrevivência	1.253,2	1.301,9	1.252,7	64,2%	60,9%	3,9	-3,8	-0,3
Invalidez	915,2	907,7	899,2	64,5%	63,6%	-0,8	-0,9	-0,1
Velhice	6.433,1	6.746,6	7.066,6	64,0%	64,9%	4,9	4,7	2,1
Beneficiários dos Antigos Combatentes	,0	,9	3,1	0,0%	0,0%		241,7	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	640,9	666,6	450,4	68,8%	61,8%	4,0	-32,4	-1,4
Subsídio por doença	298,1	298,6	304,3	66,8%	70,7%	0,2	1,9	0,0
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	1.306,3	1.530,4	1.377,4	68,9%	66,1%	17,2	-10,0	-1,0
Complemento Solidário para Idosos	146,6	175,8	181,4	66,3%	66,7%	20,0	3,2	0,0
Outras prestações	499,0	546,2	563,1	67,6%	69,5%	9,5	3,1	0,1
Acção social	1.010,7	1.046,4	1.025,0	64,9%	61,9%	3,5	-2,0	-0,1
Rendimento Social de Inserção	330,4	372,7	280,9	71,7%	70,2%	12,8	-24,6	-0,6
Administração	248,2	242,8	223,0	64,6%	57,0%	-2,2	-8,2	-0,1
Outras despesas correntes	508,5	455,6	436,3	65,2%	67,7%	-10,4	-4,2	-0,1
das quais:								
Transferências e subsídios correntes	508,5	455,6	436,3	65,2%	67,7%	-10,4	-4,2	-0,1
Acções de Formação Profissional	524,0	801,5	1.001,2	66,4%	62,7%	53,0	24,9	1,3
das quais:								
Com suporte no Fundo Social Europeu	371,9	638,4	834,9	65,0%	61,0%	71,6	30,8	1,3
Despesas de capital	20,6	12,5	11,7	37,7%	26,0%	-39,4	-6,5	0,0
PIDDAC	8,5	3,8	,8	20,5%	11,2%	-55,3	-78,4	0,0
Outras	12,1	8,7	10,8	59,8%	23,6%	-28,2	25,1	0,0
Despesa efectiva	14.134,8	15.106,2	15.076,2	65,2%	64,3%	6,9	-0,2	
Saldo global	628,6	660,5	734,1	95,8%	122,4%			
Por memória:								
Activos financeiros líquidos de reembolsos	414,4	475,6	335,5					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	73,0	,0	,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	287,3	184,8	398,6					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP





INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP
Av. Manuel da Maia, N° 58
1049-002 Lisboa

www.seg-social.pt
T. 21 843 333 0
F. 21 843 372 0